

Arranjos empresariais, tecnocráticos e militares na política. Perspectivas comparativas entre Brasil e Argentina, 1960-1990¹

*Hernán Ramírez**

Resumo

Neste artigo, pretendemos analisar comparativamente a forma como atuaram segmentos empresariais, tecnocráticos e militares na política, tomando como espaços Argentina e Brasil, entre os anos de 1960 e 1990. Com tal estudo, buscamos conhecer como se imbricaram esses grupos de interesse, articulando-se interna e externamente, tanto com outros atores quanto com o Estado, para desenhar e conduzir determinadas estratégias políticas. Longe de serem monolíticos, esses segmentos possuíam clivagens muito marcadas, que os levavam, inclusive, a sérios enfrentamentos internos e relacionamentos casados, gerando arranjos particulares entre eles, que foram decisivos para a concepção e sucesso de determinadas políticas públicas, chave interpretativa que nos pode ajuda a compreender o distanciamento entre ambos os países.

Palavras-chave: Brasil; Argentina; Empresários; Militares; Tecnocratas

Abstract

In this article, we consider how comparatively acted business segments, technocratic and military in politics, taking spaces as Argentina and Brazil, between the years 1960 and 1990. In this study, we know as woven these interest groups, articulating itself internally and externally, both with other actors and with the State, for designing and conducting certain political strategies. Far from being monolithic, these segments have very marked differences, which led even to serious internal confrontations and mutual relationships, generating private arrangements between them, which were decisive for the design and success of certain public policies, interpretive key we can helps to understand the gap between both countries.

Keywords: Argentina, Brazil, Comparative History

Cinquenta anos atrás, Argentina e Brasil tinham características que os uniam mais do que os distanciavam. Tanto as estruturas econômicas e sociais, quanto seus desenvolvimentos históricos possuíam pontos em comum. Transitavam por uma etapa de esgotamento do modelo substitutivo, tinham um complexo tecido social, próprio de sociedades capitalistas subdesenvolvidas, que experimentava mudanças decorrentes dessa crise, e compartilhavam processos políticos equivalentes, com interrupções do regime constitucional, instalação de governos cívico-militares, que levaram adiante reformas estruturais, mudando radicalmente suas antigas feições, seguidas de prolongadas transições democráticas, que enfrentaram severas crises estruturais herdadas e que, às vezes, aprofundaram.

O colapso desse modelo nos anos sessenta desencadeou profundas transformações nas economias brasileira e argentina provocando a concentração de alguns setores econômicos, tanto nas unidades produtivas quanto em âmbito regional, e conflitos sociais de

¹ Uma versão ampliada foi publicada em *Ponto de Vista*, nº 5, maio, Rio de Janeiro, IUPERJ, 2009.
Doutor em História pela UFRGS, Professor Adjunto da UEL.

ampla magnitude, situação que gerou fortes tensões, envolvendo a diversos grupos que se encontravam imersos em profundas transformações. Nesse processo, além de se debilitarem antigos atores sociais, entraram em cena novos grupos e se consolidaram outros, redistribuindo-se seus pesos econômico, social e político, mudando algumas das pré-condições nas quais se estabelecia o jogo econômico, social e político até aquele momento.

Dos atores que mais foram favorecidos por essa situação, encontramos os grupos econômicos que, aproveitando a oportunidades oferecidas pelos momentos de crise, começaram uma etapa de integração horizontal e vertical, conformando poderosos conglomerados, também os militares acharam um novo sentido, passando a ocupar por muito tempo primeiros planos, inclusive no âmbito empresarial, tanto em empresas estatais quanto privadas, e os tecnocratas ganharam vãos próprios, substituindo os burocratas tradicionais, já que começaram a ser imprescindíveis no âmbito estatal, especialmente nos cargos de primeiro escalão, fenômeno mais antigo e extenso no caso brasileiro.

Essas tensões excederam os marcos corporativos e se estabeleceram na política nacional de forma ampla, aumentando a heterogeneidade das associações de diversos segmentos econômicos que passaram a competir abertamente entre si, no caso argentino, e num amplo conflito social nos dois casos.

O Estado, nas duas nações, tinha se convertido historicamente no pivô da luta de classes, circunstância que levava à sobre-politização do social, no sentido de que tudo passava pelo Estado, originando problemas que caracterizavam o comportamento seguido pelos atores sociais mais relevantes que, em seu enfrentamento, se orientavam imediatamente para a pressão política e, na medida do possível, para o controle do governo. Em alguns casos, tal enfrentamento chegava a produzir um bloqueio dos projetos políticos, porém eram incapazes de impor o seu próprio projeto, aparente paralisia que caracterizaria os finais de governo de várias administrações nos dois países.

Mas a onipresença do Estado não é apenas um fenômeno latino-americano, senão planetário. Como nunca antes os homens vivem hoje à sombra do Estado. O que eles individualmente ou em grupos desejem realizar depende, no fundamental, em nossos dias, da vênua ou do apoio do Estado. Porém, como essa vênua e esse apoio se outorgam de forma desigual, eles têm que procurar cada vez mais diretamente influir e dar forma ao poder e às ações do Estado, ou senão, procurar apropriar-se dele por completo. O que distingue a maioria dos casos no nosso subcontinente não é a centralidade do Estado, mas o fato que nenhuma classe social podia alcançar um domínio hegemônico sobre ele e, portanto, estabelecer uma linha de ação perdurável. Através da chave do “empate hegemônico”, se observa como,

através de ciclos, se articulavam e desarticulavam frágeis alianças sociais que dariam lugar aos constantes equilíbrios-desequilíbrios que caracterizaram as duas sociedades.

Essa concorrência e conflitos entre diferentes organizações corporativas e de classes, fizeram com que as corporações tivessem que estabelecer um maior grau de organização e um novo repertório de ações. Em momentos de aumento da confrontação entre diferentes atores sociais, essas tensões, traduzidas ideologicamente, foram canalizados no âmbito político, através de diversos meios de ação sobre os aparelhos de Estado. Entre esses, observamos a participação direta na luta eleitoral em períodos democráticos, a utilização do parlamento, nos momentos em que ele funcionava, o alento a golpes de Estado e a provisão de membros diretivos ou técnicos para ocupar postos importantes, que incluíram cargos de ministros e funcionários de relevância nas pastas da área econômica e cadeiras nos diretórios das principais empresas e bancos estatais, chegando a representar, em alguns casos, uma verdadeira colonização.

Desse modo, os atores com menor potencial de pressão individual se viram na necessidade de estruturar-se mais fortemente, de modo a compensar sua menor capacidade de negociação. Da mesma forma, esse reposicionamento levou outros setores, inclusive aqueles com maior potencialidade de pressão, a se organizarem de maneira mais sólida. Novamente esse não seria apenas uma “anomalia”, mas um fenômeno quase universal no mundo capitalista atual.

Esses grupos não eram homogêneos, estavam divididos por clivagens muito fortes, e tinham, às vezes, comportamentos que mudavam radicalmente, dependendo dos períodos, e inclusive dentro deles. Entre eles, além das oposições, temos estratégias de cooperação, muitas vezes conjunturais, mas que, em outros casos, podem assumir caráter estrutural, encontrando assim uma resposta tanto nas distinções entre os atores sociais dos dois países quanto no estabelecimento de relações diferentes entre os grupos e facções desses grupos.

O desenvolvimento corporativo brasileiro e argentino era bastante diferente. Nosso primeiro caso tinha constituído um sistema dual, com matriz corporativista e forte tendência regionalista; em contraposição, as corporações empresariais argentinas fincavam suas raízes no século XIX, quando o modelo liberal era o imperante, constituído sua burguesia uma série de corporações comandadas pelo capital mais concentrado e localizado na região metropolitana, circunstância que levou a um violento choque com as administrações peronistas, solidamente vinculadas com o desenvolvimentismo, que tentaram mudar essa lógica, criando entidades concorrentes ou que representassem outros setores do capital, provocando, assim, fortes tensões e uma alta ingerência do Estado nesses assuntos.

No aspecto militar, os governos brasileiros impulsionaram uma forte interação estratégica entre setores civis e castrenses, possibilitando uma imbricação entre os interesses da burguesia local com os do Estado e os das Forças Armadas, característica que seria potencializada e, inclusive, institucionalizada com a criação da Escola Superior de Guerra (ESG), em 1948, que admitia o ingresso, nos seus corpos docentes e discentes, tanto de militares quanto de civis. Desse modo, seu corpo de oficiais passou a se aproximar cada vez mais dos empresários, ao compartilhar interesses, espaços e idéias com eles, produto de uma socialização em comum.

Os militares que não tinham recebido treinamento naquela escola e que não compartilhavam de uma proposta de mudança social, política e econômica no seu estilo, formaram outra das posições e vêm sendo qualificados habitualmente como os da linha-dura ou tradicionalistas. Para a época, os integrantes deste grupo encontravam-se no comando de poderosas unidades militares ou exercendo altas posições dentro da estrutura hierárquica.

Existia ainda um grupo marginal de militares que poderíamos qualificar como extremistas de direita, que era encorajado e contava com o auxílio de alguns civis partidários de idênticas posições. Geralmente, esses uniformizados foram mantidos longe dos cargos hierárquicos mais importantes e do controle dos mecanismos palacianos, mas seu papel não pode ser menosprezado, já que em momentos pontuais suas atividades inclinavam o fiel da balança.

Um entrosamento similar das Forças Armadas com o setor civil não aconteceu na Argentina. A Escuela Superior de Guerra (ESG) foi fundada meio século antes, em 1900, num contexto totalmente diferente. Os militares argentinos estiveram mais afastados dos empresários, exceto em casos isolados, e sua cúpula não desenvolveu uma consciência desenvolvimentista, semelhante à brasileira. Essa característica foi reforçada pelas divisões existentes nas Forças Armadas argentinas e pelos relacionamentos dos empresários com suas diferentes linhas internas. Ainda que dentro do setor militar se conservasse a antigas divisões, outras diferenças ganhariam fôlego durante a última ditadura. Enquanto a alta burguesia relacionava-se de forma estreita com os “senhores da guerra”, militares com comando de tropa e maior poder na estrutura hierárquica, eram perceptíveis atritos com os “burocratas”, uniformizados que faziam carreira à frente de organismos e empresas estatais (CANELO, 2005). Mas, estes apenas tardiamente tenderam a estabelecer alianças mais sólidas e estruturadas com outras frações representativas do capital, principalmente com aquelas encarnadas pela Fundación Mediterránea (FM), e sempre perderam nas disputas de longo prazo para os primeiros.

A forma diferente de desenvolvimento estatal entre Brasil e Argentina marcou outra de suas características distintivas, já que permitiu ao primeiro país contar com uma burocracia mais vasta, recrutada meritocraticamente e com maior permanência nos cargos, assim como com aparelhos estatais mais amplos e coerentes, que se traduziram numa maior capacidade administrativa, fazendo-o menos dependente do fornecimento e das intromissões externas (SIKKINK, 1993).

Diferentemente das apreensões que provocava na Argentina, no Brasil, o planejamento indicativo foi apresentado como um fator importante no desenvolvimento capitalista. Compartilhavam dessa idéia tanto grupos militares quanto empresariais, que passaram a demandar fortemente a “racionalidade técnica” dos aparelhos de Estado, que estimularia a procura de pessoal qualificado, formados em centros técnicos de capacitação e desenvolvimento de pesquisas.

Assim, constituiu-se numa rede técnico-burocrática de grande influência dentro do aparelho estatal, formada pelas camadas mais altas da administração pública e pelos técnicos pertencentes a agências e empresas estatais, que, tinham fortes ligações operacionais e de interesses com setores do capital privado, tanto nacional quanto internacional e, inclusive, pertenciam, migravam ou tinham interesses, sem demasiados problemas, nos dois setores.

Não obstante, o modelo econômico desenvolvimentista demonstraria suas fraquezas e seria incapaz de sobreviver ao seu sucesso, mergulhando em profunda crise uma vez alcançado determinado patamar. O crescimento tinha possibilitado o surgimento e consolidação de atores sociais e situações que agora tentavam se livrar das amarras que os prendiam.

Os golpes de Estado, acontecidos a partir da década de sessenta no Cone Sul da América Latina, eram produto de problemas estruturais, envolvendo a sociedade como um todo, seja de forma ativa ou passiva, e não apenas ligados a grupelhos militares que se insubordinaram de forma conjuntural. Diferentemente de outras ditaduras acontecidas em períodos anteriores, tinham como objetivo a transformação radical das estruturas econômicas, sociais e políticas. Eram consequência de processos de longa data, dentre os quais a crise do modelo de desenvolvimento no âmbito econômico e a crescente radicalização seriam os mais importantes, e também de ações conjunturais empreendidas por diversos grupos, que se afastaram progressivamente de práticas democráticas para abraçar outras de caráter autoritário, notadamente políticos de direita, empresários, militares, tecnocratas e representantes de interesses estrangeiros, no caso brasileiro e para um patamar diferente de autoritarismo na Argentina, tentando não apenas neutralizar, mas agora aniquilar o outro.

Com as demandas de alargamento da democracia liberal vigente nos dois países, visível no governo Goulart, no Brasil, e nos diversos picos de efervescência política, na Argentina, se produziu uma perigosa crise de hegemonia, na qual a ordem e a manutenção do controle das classes subordinadas por parte das classes dominantes foram contestadas de forma consistente. Os golpes de Estado procuraram estancar um rico e amplo debate político e ideológico que então despertava.

No entanto, apesar de que os grupos constituíam coligações mais ou menos amplas para afastar os dirigentes democraticamente constituídos, por meio da violência ou da ameaça de sua utilização, e assim vetar a expansão da participação política, os que participam dos golpes de Estado eram pouco coesos, encontrando-se unidos pelo desejo de inverter as tendências que consideram subversivas da ordem política. Razão pela qual, uma vez no poder tais alianças começavam a se dividir em diferentes facções, que freqüentemente gravitam em torno de duas que atuavam como pólos sintetizadores antagônicos.

Outras das características distintivas, concebidas para tais regimes autoritários, foram a institucionalização e a alternância, para evitar o surgimento de personalismos e o predomínio de um grupo sobre o outro, medidas com as quais se pretendiam limitar as disputas internas extremas, no entanto elas aconteceram mais a miúdo do que o planejado, e, assim, podia acontecer um “golpe dentro do golpe”, o que não constitui mais do que um “golpe de mão”, já que não representava uma fratura na estrutura do sistema institucional de exercício da dominação social, mas, uma quebra dos pactos construídos entre diferentes componentes da sua base de sustentação.

O processo de formulação e implementação de políticas públicas do ponto de vista técnico também sofreu transformações. Agora os governos deviam prestar atenção à formulação de programas complexos e à formação de equipes altamente preparadas e entrosadas com as quais preencher os cargos uma vez no poder, razão pela qual uma série de institutos de pesquisas, dentro e fora da estrutura estatal, ganharia um crescente protagonismo.

No caso brasileiro, a maior parte dos grandes lineamentos e propostas implementados pelo regime autoritário, provinham de um grupo de tecnocratas que tinham passado pelo Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais (IPÊS) e, no caso argentino, tal fenômeno estava claramente dirigido pela Fundación de Investigaciones Económicas Latinoamericanas (FIEL), que tomaremos como referência, discorrendo sobre outros centros quando pertinente.

Esses dois institutos caracterizaram-se por aglutinar empresários ativos na vida corporativa e política, técnicos, principalmente da área econômica, burocratas, assim como

um grande número de militares de alta patente, isto último no caso brasileiro, que tinham assumido o objetivo de construir uma proposta para contestar determinadas políticas adversas, em primeira instância, e mudar os rumos das políticas governamentais.

Por isso, não é estranha certa coincidência temporal. Em 1961 foi criado o IPÊS e em 1964 a FIEL. Embora não ocupasse o primeiro plano durante o regime autoritário, mas posteriormente, também é sintomático que em 1969 nascesse em Córdoba, Argentina, a Comisión de Estudios Económicos y Sociales (CEES), antecedente direto da FM, patrocinadora do Instituto de Estudios Económicos y de la Realidad Latinoamericana (IEERAL), que veio à luz, oficialmente, em 1977.

Mas, apesar dessa coincidência, um importante fenômeno percebido foi a pequena presença castrense entre as fileiras das entidades argentinas, concentrada durante períodos autoritários e de grau e importância na vida interna inferior ao experimentado no IPÊS.

No entanto, essa pequena amostra serve para marcar diferenças importantes entre elas. Enquanto a FIEL se relacionou com “senhores da guerra” de tendências ortodoxas, a FM assentou sólida relação com representantes de grupos que se opunham a esta facção militar.

Os quadros diretivos da FIEL foram integrados pela grande burguesia nacional e pelos representantes do capital multinacional, residentes no país, de caráter aristocrático e com tendências econômicas ortodoxas e políticas conservadoras, algumas decididamente autoritárias dentro dela, definidas como a direita tradicional (CANELO, 2004), que se diferenciava da direita liberal tecnocrática, na qual as credenciais acadêmicas eram mais relevantes e essas tendências se suavizavam, à qual pertenciam seus quadros técnicos e os da FM, assim como de outros institutos.

Uma transposição desse modelo interpretativo pode ser feito no caso do Brasil, os militares da vertente tradicional estiveram enfrentados com o IPÊS, enquanto este Instituto encontrou nos sorbonistas membros fundamentais, diversos aliados e interlocutores, dentro e fora dos aparelhos do Estado, que operaram na caserna e também na sociedade civil.

Outra diferença se dava nos tecnocratas recrutados. O IPÊS não teve como objetivo a formação de quadros de alto nível, sua tarefa restringiu-se a incorporar membros já formados em seus respectivos campos, como empresários, intelectuais consagrados, burocratas e militares, usufruindo de suas capacidades técnicas sem realizar nenhum esforço em seu aprimoramento individual, limitando-se a imbuí-los de uma filosofia mais ou menos comum.

No caso da FIEL, os quadros técnicos incorporados à direção tinham terminado sua etapa formativa, não fizeram outro esforço para dar continuidade ou foram cooptados de outras instituições. Com respeito aos técnicos, a maioria contou com a ajuda da entidade para

dar continuidade à sua formação no exterior, particularmente em instituições norte-americanas.

A FM foi a entidade que maior investimento realizou nesse sentido, recrutando recém formados em nível local, enviados posteriormente para realizar estudos de pós-graduação em universidades do exterior, particularmente dos Estados Unidos, sendo perceptível uma grande dispersão institucional.

Assim, o trânsito rotineiro por universidades estrangeiras, particularmente norte-americanas, passou a desempenhar uma função importante, despontando no caso argentino ainda na década de setenta, tanto em relação à FIEL quanto à FM, o que se intensificou de maneira notável na década de oitenta. Mas, no IPÊS esse percurso não apareceu com a mesma força, embora acontecesse em outras organizações que lhe sobreviveriam (LOUREIRO, 1994). Assim, apelando à legitimidade da ciência, podiam apresentar seus interesses particulares como se fossem do interesse geral.

Longe de ser ingênua, essa invocação, aparentemente neutra, estava carregada de profundas conotações. Como o saber é um recurso escasso, aqueles que o possuem podem se abstrair ao princípio democrático de decisão. Segundo esta lógica, a solução dos problemas nacionais não é algo que compete às maiorias, mas aos mais “capazes”.

Inclusive, os funcionários da maior parte dos países passaram a ser submetidos a exaustivas táticas de monitoramento e disciplinamento por parte de organismos internacionais, em geral, e norte-americanos, operando os primeiros sob a tutela desses últimos.

O domínio desse recurso discursivo serviu, igualmente, de estímulo para que os contatos e os valores profissionais se convertessem num fator significativo na escolha das pessoas que adotavam as decisões políticas governamentais. Mas, embora essas eleições se orientassem por padrões intelectuais e se viessem a si mesmas a serviço da “racionalidade” ou da “eficiência”, suas trajetórias podiam estar, e de fato estavam, determinadas por interesses particulares, especialmente com o processo de complexibilização do desenho e instrumentação das políticas públicas, que requeriam de equipes entrosadas e não apenas indivíduos isolados, que demandavam vultosos recursos para se formar, manter atualizados e concorrer pela legitimidade, dentro e fora do seu campo.

Uma das conseqüências mais importantes de sua ação foi a colonização de diversos aparelhos do Estado por interesses de grupos, ainda que amplos e, por vezes, despersonalizados, produzindo-se uma “privatização” das instituições estatais. O bloco de poder, liderado por algum desses institutos reorganizava ou tentava reorganizar o Estado e, sob seu controle, recompor sua própria posição.

Mas, podia existir certa incoerência na manutenção dessas alianças. Tal comportamento se deu particularmente na Argentina e foi diferente do caso Brasileiro, onde o IPÊS alcançou rapidamente a hegemonia no momento de preencher os cargos da área econômica e conexas, embora essas diferenças pudessem ser instaladas posteriormente no seio do próprio Instituto, com rixas entre as seccionais paulista e carioca.

Essa situação manifesta a predominância de um determinado mecanismo de controle das decisões estatais, no qual diferentes grupos, que baseavam seu poder na defesa de interesses materiais-ideológicos, se apropriavam dos aparelhos estatais, constituindo as trocas daqueles que exerciam as funções presidenciais, fossem eles militares ou civis, momentos especiais para isso, mas não necessariamente um empecilho, já que conseguiram inficionar várias administrações autoritárias, no caso brasileiro, e também democráticas, no argentino.

Não obstante, a luta entre esses grupos podia levar a uma colonização parcial e simultânea dos aparelhos estatais, impondo, na prática, uma conflituosa convivência, e, unicamente em condições particulares, os cargos eram ocupados hegemonicamente. Dessa forma, comandar alguns órgãos da administração representava um interesse especial, já que se podiam transformar em importante contrapeso de outros que caíssem em mãos de grupos rivais, ou trampolim para galgar posições em momentos mais propícios.

Observa-se também uma ampla interação por parte do IPÊS e da FM com membros da Igreja católica em diversas atividades, ainda que não encontremos algo parecido para a FIEL. A construção discursiva e práticas políticas por parte desses institutos encontrava-se engajada numa construção mais ampla, com múltiplas interações que as reforçavam. A defesa da propriedade privada se encontrava inserida na custódia da cultura nacional de caráter ocidental e cristão, por oposição ao comunismo, de fundamentos ateus e internacionais.

No entanto, esse recurso de legitimação iria diluindo-se com os anos, seja pelo distanciamento evidenciado por parte da hierarquia da Igreja católica em relação aos governos autoritários no caso brasileiro, após 1968, e às políticas econômicas que os sustentavam, quanto pelo seu enfraquecimento como fonte de discurso legitimador, ao ser substituído pela linguagem dos economistas, que ganhou sustentação própria, prescindindo de outros para se impor.

Em síntese, nas três entidades deu-se uma inter-relação simbiótica entre empresários, intelectuais, militares e outros segmentos, inclusive o religioso, na qual cada um participou colocando à disposição da organização seu capital disponível, ainda que a delimitação de tarefas não seja tão clara no começo e vá se manifestando posteriormente com maior nitidez para os casos argentinos.

Mas, apesar do sucesso alcançado por essas entidades, especialmente pelo recrutamento seletivo e não compulsivo, como nas organizações corporativas de velho cunho que lhes outorgava um maior grau de homogeneidade, surgiram desentendimentos importantes que tiveram origens e desdobramentos diversos.

No caso brasileiro, a clivagem regional, especialmente a rivalidade entre paulistas e cariocas, tinha sido uma das características fundantes do sistema corporativo brasileiro, assim como no caso das instituições argentinas o foram as profundas desavenças marcadas pelo grau de concentração, que inclusive se expressava regionalmente, e dentro da fração industrial, que levaram a duros enfrentamentos entre linhas internas e organizações rivais.

Bibliografia

CANELO, Paula (2004). La política contra la economía: los elencos militares frente al plan económico de Martínez de Hoz durante el Proceso de Reorganización Nacional (1976-1981). In: PUCCIARELLI, Alfredo, coord. *Empresarios, tecnócratas y militares*. La trama corporativa de la última dictadura. Buenos Aires: Sigo XXI, pp. 218-312.

DREIFUSS, René Armand (1981). *1964: A conquista do Estado. Ação Política, Poder e Golpe de Classe*. Petropolis: Editorial Vozes.

HEREDIA, Mariana (2004). El proceso como bisagra. Emergencia y consolidación del liberalismo tecnocrático: FIEL, FM y CEMA. In: PUCCIARELLI, Alfredo, coord. *Empresarios, tecnócratas y militares*. La trama corporativa de la última dictadura. Buenos Aires: Sigo XXI, pp. 312-382.

LOUREIRO, Maria Rita (1994). *Os economistas no governo: gestão econômica e democracia*. Rio de Janeiro: FGV.

SIKKINK, Kathryn (1993). Las capacidades y la autonomía del Estado en Brasil y la Argentina: un enfoque neoinstitucionalista. In: *Desarrollo Económico*, nº 128, Buenos Aires.